



Justiça manda alfândega do Rio liberar mercadorias

Liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu prazo de cinco dias para o desembaraço aduaneiro de produtos importados e exportados, nos portos e aeroportos do Rio de Janeiro, favorecendo os quatro mil associados do Sistem Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).

A indústria do Rio calcula que o percentual de cargas paradas nas aduanas do estado chegue a 30%, o que representa um acúmulo de R\$ 200 milhões.

Os auditores fiscais da Receita Federal estão em greve desde o dia 18 de março, pedindo aumento de salário. Eles recusaram a proposta do governo de salário inicial de R\$ 12 mil, que é o menor entre as carreiras típicas de Estado. Ainda não há prazo para o fim da paralisação, mas o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, em ação proposta pela União entendeu que o governo deve descontar os dias parados porque a greve é ilegal.

A União argumentava que a greve dos auditores fiscais da Receita Federal produz prejuízos incalculáveis para a administração tributária e para o país.

Na decisão desta quinta-feira (10/4), o juiz Mauro Luís Rocha Lopes, da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, entendeu que a paralisação dos auditores não pode acarretar prejuízos econômicos às empresas do estado.

O presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, enviou carta ao ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, pedindo esforços do governo para retomar as operações de exportação e importação, paradas por conta da greve.

“As empresas estão com problemas para cumprir seus contratos, tendo, ainda, que arcar com o elevado custo de armazenagem das mercadorias, além do risco de perecimento de produtos, perda de encomendas, paralisação da produção, abalo à reputação dos exportadores pelos atrasos, contratos que não podem ser cumpridos gerando multas, falta de matéria-prima, dentre outros danos irreparáveis, que ao final podem levar ao fechamento de empresas”, diz o presidente na carta.

Eduardo Eugenio pede o retorno imediato da prestação de serviços, mesmo que para isso tenham que ser convocados funcionários de outros órgãos ou terceirizados. O documento seguiu também para outras autoridades, como o superintendente da Receita Federal no Rio, Cesar Barbiero, o governador Sérgio Cabral e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

Leia a carta

Rio de Janeiro (RJ), 09 de abril de 2008.

Ao Exmo. Sr. José Múcio Monteiro



Ministro das Relações Institucionais da Presidência da República

Assunto: Greve dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

Prezado Ministro,

Como é de seu conhecimento os auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil estão em greve há mais de vinte dias, tendo paralisado as atividades de fiscalização, desembaraço aduaneiro e outros serviços públicos essenciais.

Em razão da paralisação as mercadorias permanecem no recinto alfandegado, nos portos e aeroportos sem previsão para liberação, cessando, portanto, por completo, tanto a exportação como a importação, o que tem gerado prejuízos imensuráveis à indústria nacional.

As empresas estão com problemas para cumprir seus contratos, tendo, ainda, que arcar com o elevado custo de armazenagem das mercadorias, além do risco de perecimento de produtos, perda de encomendas, paralisação da produção, abalo à reputação dos exportadores pelos atrasos, contratos que não podem ser cumpridos gerando multas, falta de matéria-prima, dentre outros danos irreparáveis, que ao final podem levar ao fechamento de empresas.

Diante desta grave situação que afeta a economia brasileira, contamos com todos os esforços para a solução do problema visando o retorno imediato da prestação dos serviços públicos, ainda que para tanto seja necessário convocar funcionários de outros órgãos ou terceirizados.

Certos de sua atenção e compreensão, renovamos os nossos protestos da mais elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Eduardo E. Gouvêa Vieira

Date Created

10/04/2008